



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

de Luna Freire, Maria Martha

'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médico e a construção da maternidade científica na década de 1920

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 15, junho, 2008, pp. 153-171

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138040008>

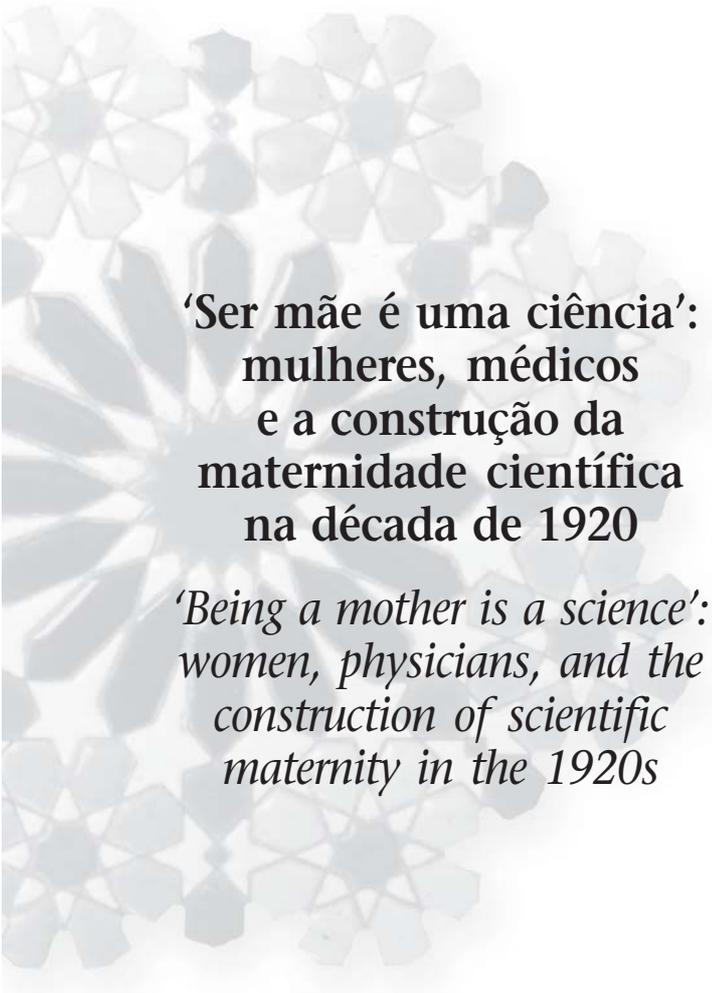
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



**‘Ser mãe é uma ciência’:
mulheres, médicos
e a construção da
maternidade científica
na década de 1920**

*‘Being a mother is a science’:
women, physicians, and the
construction of scientific
maternity in the 1920s*

Maria Martha de Luna Freire

Professora do Instituto de Saúde da
Comunidade / Universidade Federal Fluminense
Rua Domingues de Sá, 240, apto. 1002
24220-091 Niterói – RJ Brasil
marthafreire@hotmail.com

Recebido para publicação em julho de 2007.
Aprovado para publicação em novembro de 2007.

FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.

Este artigo analisa a construção do ideário da maternidade científica no Brasil na década de 1920, situando-o como parte do amplo projeto reformador republicano com vista à constituição da nacionalidade. Pretende-se demonstrar o envolvimento de múltiplos agentes sociais na configuração do discurso maternalista, especialmente a participação ativa de mulheres, e redimensionar as relações entre mulheres e médicos como uma parceria negociada em torno de afinidades eletivas quanto ao interesse mútuo na valorização da maternidade. Destaca-se o papel essencial das revistas femininas nesse processo.

Palavras-chave: maternidade; puericultura; higiene; maternalismo; revistas femininas; Brasil.

FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Being a mother is a science’: women, physicians, and the construction of scientific maternity in the 1920s. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, Suppl., p.153-171, June 2008.

The article analyzes the construction of the notion of scientific maternity in Brazil in the 1920s as part of the broad republican reform project meant to build nationhood. With the active participation of women, multiple social agents were involved in configuring the maternalist discourse and in reshaping relations between women and doctors into a partnership negotiated around a mutual interest in valuing maternity. Special attention is paid to the essential role played by women’s magazines in this process.

Keywords: maternity; puericulture; hygiene; maternalism; women’s magazines; Brazil.

A maternidade, o cuidado e carinhos com sua prole, são os primeiros deveres da mulher ... E a mulher que não for boa mãe, deixa, por isso mesmo, de ser mulher.

Vida Doméstica, 16 jun. 1921

A ideologia da maternidade como função primordial das mulheres não foi invenção do século XX. Não obstante suas origens mais remotas, alcançou renovado impulso no mundo ocidental após a Primeira Guerra Mundial, gerando expectativas e desencadeando ações diferenciadas em cada sociedade. Encontrando sua justificativa em questões demográficas, sanitárias ou patrióticas, o maternalismo associou-se, na década de 1920, à valorização social da ciência, a qual lhe conferiu novo caráter.

No Brasil esse fenômeno apresentou dimensão singular, associada às especificidades do cenário econômico, político e social, em particular o projeto modernizador republicano, que depositava na conservação das crianças, entre outros elementos, esperança para a viabilidade da nação. Tal concepção fundamentou uma convergência identitária entre saúde, educação e nação, e uniu a intelectualidade urbana na elaboração de ampla proposta reformadora que tinha na higiene seu eixo central.

Os esforços da elite intelectual concentravam-se sobretudo em tentativas de eliminação de qualquer resquício de um passado de 'atraso' e tradição e de incorporação do 'novo' como passaporte para a ordem e o progresso. Sob a égide da modernidade – transformada em palavra de ordem em todo o mundo – almejava-se uma verdadeira transformação cultural, com rejeição à cultura colonial e configuração de novas relações sociais, impondo-se a adoção de comportamentos e atitudes adequados aos 'novos tempos'.

O debate que se travava desde o século XIX na sociedade brasileira sobre o papel da mulher assumiu lugar central na cena pública, notadamente quanto à função maternal, adquirindo contornos diferenciados na virada do século. Ainda que intrinsecamente vinculado à natureza feminina, ao associar-se ao projeto modernizador nacionalista o exercício da maternidade ultrapassava os limites da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública. Tratava-se não mais de garantir filhos ao marido, mas sim cidadãos à Pátria.

Entre outros agentes que participaram desse processo, os médicos consolidaram seu papel por meio da enunciação de um discurso que condenava o exercício tradicional da maternidade, redefinindo-a em novas bases. Signo máximo da modernidade e ferramenta propulsora privilegiada no processo de transformação social em curso, a ciência foi acionada na conformação de um determinado modelo de maternidade, configurando-se, através da maternidade científica¹, um novo papel feminino: a mãe moderna.

O projeto reformador republicano ganhou novo fôlego na década de 1920, alimentado especialmente pela crescente incorporação dos princípios da eugenia e pelo fortalecimento de movimentos sociais como o nacionalismo e o feminismo. Fortemente vinculado ao sentimento de nacionalidade – que no período possuía conotação inovadora –, o sanitarismo fincou suas raízes nos anos 20 e constituiu a principal fonte de inspiração para as políticas públicas implantadas a partir de 1930 (Castro Santos, 1985; Castro Santos, Faria, 2003). O surgimento de leis e medidas de proteção social a mães e filhos coincidiu também com o

apogeu mundial dos movimentos feministas 'maternalistas', cujas formulações teóricas e práticas reivindicatórias tinham a maternidade como ponto central (Bock, 1991).

De outro lado, acompanhando o florescimento geral da imprensa, a explosão de produção e consumo das revistas ilustradas, nas primeiras décadas do século XX, consolidou esse gênero específico de periódico como suporte mais adequado para a discussão de ideários e proposição de novos comportamentos. As revistas femininas, em particular, compartilhando o caráter de modernidade do discurso maternalista enunciado pelos médicos, configuraram-se como veículo ideal para a difusão da nova cultura, simultaneamente refletindo e moldando o novo papel feminino de mãe.

Este artigo acompanha a construção do discurso da maternidade científica em duas revistas femininas de grande circulação no Rio de Janeiro na década de 1920 – *Vida Doméstica* e *Revista Feminina* –, identificando seus principais elementos constitutivos e os argumentos acionados pelos distintos agentes para justificá-lo, com destaque para o discurso médico da puericultura. Pretende-se demonstrar que a identidade de mãe moderna como novo papel social feminino inseria-se no conjunto mais amplo de propostas de reorganização da sociedade brasileira, formuladas pelos reformadores republicanos visando alcançar o progresso e a viabilidade da nação. Procura evidenciar, em particular, o papel ativo de mulheres nesse processo, a partir da identificação de afinidades eletivas entre estas e os médicos, pelo interesse comum quanto à valorização da maternidade.

Maternidade como valor social

*Quel est le grand devoir de la femme? Enfanter, encore enfanter, toujours enfanter!*²

Doutor Doléris

A ideologia maternalista que dominou o território europeu após a Primeira Guerra Mundial transformou a maternidade em valor social e dever patriótico. Respondia sobretudo às ansiedades provocadas pela presumida degeneração moral da juventude e pelo despovoamento, desencadeando propostas e ações diferenciadas conforme o cenário político-social de cada região.

Na França, medidas de proteção e incentivo à maternidade integraram uma política mais ampla de proteção à família, conduzida pelo Estado e pelos reformadores para enfrentar o despovoamento – alçado a verdadeira “obsessão demográfica” (Cova, 2004).³ As políticas públicas que objetivavam conciliar as funções de mãe, trabalhadora e dona-de-casa receberam, de modo geral, o apoio de feministas, que defendiam o reconhecimento da maternidade como função social digna de remuneração – até mesmo daquelas mais radicais como Nelly Roussel (1879-1922), líder da famosa Greve dos Ventres. As demonstrações de exaltação da maternidade chegaram a provocar uma disputa curiosa: o Monumento às Mães Francesas, inaugurado em 1928 com maciça presença feminina, foi duramente criticado por ser de menores dimensões que o similar alemão... (Thébaud, 1986, 1990).

Na Inglaterra o movimento pró-natalista não teve a mesma relevância, uma vez que predominaram os investimentos em assistência médica e melhorias em alimentação,

educação, moradia e meio ambiente. Novas formas de assistência materno-infantil – como as visitas domiciliares, as reuniões de mães, os centros de proteção infantil e as escolas para mães – foram criadas por iniciativa de organizações civis, a maioria delas composta por mulheres, sendo posteriormente incorporadas pelo *welfare state* britânico. A historiadora Pat Thane (déc. 1991) conferiu a essas reuniões de mulheres em torno da maternidade um caráter transformador, ao contribuírem para lhes franquear o acesso à esfera pública e para a construção de uma nova identidade de cidadãs.⁴ Além de ajudarem efetivamente na diminuição da morbidade e mortalidade infantis e conformarem um modelo para a posterior intervenção do Estado, tais encontros propiciaram a educação feminina num sentido mais amplo, alargando seus horizontes.⁵

A influência da medicina social francesa estendeu-se à América Latina. Mas, em lugar das preocupações demográficas ou econômicas, prevaleciam nessa região argumentos morais e culturais, que se aliaram, entre outros, aos projetos feministas e aos imperativos nacionalistas. A liderança no movimento latino-americano de proteção à saúde materno-infantil coube ao Uruguai, cujo modelo de bem-estar tornou-se exemplar para todo o continente (Birn, 2002).

O despovoamento também não constituía problema central no caso do Brasil, mas sim a precariedade das condições sanitárias, em particular a elevada mortalidade infantil, que representava ameaça à construção da nação, ponto central para a consolidação do regime republicano (Oliveira, 1990). Num cenário em que a higiene se destacava como modelo explicativo e propositivo para a questão nacional (Lima, Hochman, 2004) – sobretudo a partir da década de 1910, com a organização do movimento sanitário –, a maternidade foi alçada ao centro dos debates da sociedade.⁶ O questionamento quanto ao papel da mulher integrava o movimento modernizador, capitaneado pelas elites republicanas e fundamentado na rejeição às tradições culturais – identificadas com o passado colonial – e na eleição da ciência como principal ferramenta de autoridade.

Não obstante ostentar características próprias, o discurso maternalista brasileiro mostrava-se claramente inspirado no modelo francês de sociabilidade e civilização, ainda hegemônico nas primeiras décadas do século XX.

Na França a imprensa periódica constituiu importante veículo amplificador da ideologia maternalista e da campanha pró-natalista, sobretudo no período entre-guerras, e conquistou a opinião pública e o engajamento de diferentes segmentos da sociedade. Encampada pelos movimentos feministas de base maternalista, a defesa da maternidade como principal papel feminino e ‘dever nacional’ alimentou vasta produção literária e conferiu progressiva visibilidade às mulheres na imprensa periódica – como autoras ou personagens (Freire, 2006). Essa produção ia desde os incontáveis romances em que as escritoras discutiam a condição do gênero, até a crescente contribuição feminina em artigos publicados em jornais e revistas.

Entre outros costumes ‘importados’ de Paris, o hábito de ler revistas tornou-se uma ‘coqueluche’ entre as famílias das classes mais elevadas dos grandes centros urbanos brasileiros, na virada do século XIX para o XX. No Rio de Janeiro, capital federal, o consumo de revistas, mais que responder aos anseios de informação das novas camadas sociais, mostrava-se sintonizado com a idéia de modernidade, progresso e civilidade. Impulsionada

pelo avanço dos recursos gráficos, sobretudo da fotografia, a produção desse gênero de periódico experimentou enorme crescimento na década de 1920⁷, diferenciando-se progressivamente dos jornais pelo conteúdo mais leve, pela forma, que abusava da ilustração, e pela linguagem, que explorava o humor. Veículo privilegiado para a expressão de opinião dos diversos grupos sociais, a revista assumiria o duplo caráter de entretenimento e doutrinação, transformando-se no suporte ideal para a atividade política mais ampla, a difusão de ideários e propostas de mudanças de comportamento (Martins, 2001; Sodré, 1966; Velloso, 1996).

As revistas femininas⁸, em particular, embora tivessem origem anterior, conheceram crescimento mais acelerado nas primeiras décadas do século XX, acompanhando o florescimento geral do gênero revista e a expansão dos movimentos feministas em todo o mundo (Sullerot, 1966; Hahner, 1981). Seguindo o modelo de Paris, no Brasil tinham como pautas preferenciais a literatura, a moda e as notas sociais; progressivamente incorporaram-se novos temas no âmbito da ciência e da tecnologia, da política e do turismo, entre outros. Comprovando sua função de mediação cultural e política, de difusão de discursos voltados à construção de identidades e de papéis sociais, as revistas femininas refletiram e simultaneamente conformaram as transformações da própria inserção das mulheres na sociedade. Nas páginas de *Vida Doméstica* (1920-1963) e *Revista Feminina* (1914-1936) era possível acompanhar essas mudanças no que elas representavam, para as habitantes dos principais centros urbanos brasileiros, o que era 'ser mulher' e, sobretudo, 'ser mãe'.⁹

A maternidade em revista

Pode acaso ser uma boa mãe aquela que só tem ternura e não sabe acompanhar o filho além dos primeiros passos hesitantes do desmame?

Revista Feminina, n.168, maio 1927

Exclamações e metáforas exaltavam, nas páginas dos periódicos, aquela que era considerada a missão primordial da mulher, como revelava o título da longa matéria ilustrada de *Vida Doméstica* de 1928: "A glória incomparável de ser mãe!". Articulistas, médicos, educadores, feministas, juristas e políticos, todos concordavam quanto à relevância da maternidade como o principal papel social das mulheres e, ao mesmo tempo, sua própria essência, devendo, portanto, ser amparada e protegida.

Ao definir, para as leitoras da *Revista Feminina*, o que seria uma 'mulher de escol', o doutor Paul Desfosses – médico cirurgião e secretário da revista *La Presse Médicale* – sustentava que "com o nascimento dos filhos, o papel da mulher ... aumenta bruscamente". Mas, ao mesmo tempo que garantia ser suficiente cercar os filhos de "cuidados e ternuras", seguindo os ditames de seu instinto materno, defendia a necessidade de uma cultura específica: "a verdadeira mulher é boa e sábia" (*Revista Feminina*, n.95, abr. 1922).

Concebida simultaneamente como um instinto inerente à natureza feminina, uma missão divina e um dever social, na década de 1920 a concepção de maternidade foi incorporando cada vez mais os atributos de função patriótica e o caráter de prática científica. Oscilando entre tais campos explicativos, os articulistas recorriam a justificativas múltiplas

e variadas na defesa da maternidade, considerando a recusa ao seu cumprimento tanto patologia quanto pecado ou crime. O doutor Pedro Paulo Autran, que se apresentava como professor da Faculdade de Filosofia do Distrito Federal, recorria à história para confirmar a natureza instintiva do sentimento maternal. A feminista portuguesa Maria de Eça reafirmava tal concepção essencialista, comparando a verdadeiras ‘feras’ aquelas que abandonavam os filhos, “carne da sua carne” (Revista Feminina, n.179, abr. 1929).

Atributos habitualmente atrelados às especificidades biológicas das mulheres, tal como destreza manual, eram invocados para reforçar o caráter natural da maternidade como condição inexorável do gênero. A vinculação entre maternidade e identidade feminina foi endossada por feministas como Ana de Castro Osorio¹⁰, ainda que esta admitisse, em depoimento à *Revista Feminina*, que nem todas as mulheres necessariamente desejassem ser mães:

Quando dizemos que o grande, o glorioso destino das mulheres é serem as educadoras e as dirigentes morais da sociedade, por intermédio do coração das crianças, e damos à sua missão na família o mais belo lugar, não queremos impor a todas as mulheres o mesmo destino ... O dizemos que a mulher deve exercer dentro da sociedade a sua mais bela função moral como educadora e dirigente, mantendo nas suas mãos o coração das crianças para lhes dar toda a porção de idealismo, de imaginação, de ligação às qualidades ancestrais da raça, enraizamento ao solo sagrado da Pátria, de fé ardente no futuro, de modo a preparar as gerações de amanhã para um destino melhor, elevando o nível moral e intelectual da sociedade, não quer significar que essas mulheres educadas e dirigentes morais sejam sempre as mães!

Às vezes, por felicidade extraordinária, *juntam essas duas missões santíssimas*, de mães no sentido sentimental e material da palavra e educadoras no sentido de diligência intelectual e moral. (Revista Feminina, n.139, dez. 1925; grifo meu)

A maternidade seria mantida como referência intrínseca do gênero no campo das ocupações profissionais desempenhadas pelas mulheres, como extensões naturais de suas funções domésticas, constituindo a chamada maternidade espiritual. Da mesma forma que Ana Osorio, líderes feministas como a brasileira Bertha Lutz¹¹, apesar de defenderem o trabalho como caminho para a emancipação das mulheres, não desfaziam a vinculação com a sua natureza. O princípio da maternidade espiritual chegou mesmo a ser acionado por Lutz em sua atividade parlamentar, para defender a enfermagem como profissão essencialmente feminina.

Em alguns de seus depoimentos na imprensa periódica, Bertha Lutz negava a alegada incompatibilidade entre os ideais feministas e a função doméstica, insistindo ser “um engano pensar que o feminismo afasta a mulher de casa” (Revista Feminina, n.181, jun. 1929). Ratificando a permeabilidade entre as fronteiras dos espaços público e privado, declarou em seu discurso, ao ingressar na Câmara dos Deputados: “O lar é a base da sociedade e a mulher estará sempre integrada ao lar. Mas o lar não se limita ao espaço de quatro paredes. O lar é também a escola, a fábrica, o escritório” (citado em Soihet, nov.-dez. 2000, p.107). A matéria da *Revista Feminina* de agosto de 1922 sintetizava essa idéia, ao afirmar: “A maternidade é a casa da nação”.

Já a condessa de Pardo Bazan¹² usou o próprio exemplo como argumento de que a mulher podia trabalhar sem abdicar dos imperativos de sua natureza ou renegar a “função primordial de seu sexo”, assegurando que a atividade profissional e a militância feminista nunca haviam perturbado seus “deveres da maternidade” (Revista Feminina, n.110, jul. 1923). Mais que revelar o imaginário da sociedade brasileira sobre o papel feminino, tais depoimentos evidenciavam

que a maternidade não foi renegada nem constituiu fonte de vergonha para as mulheres, mas foi aproveitada por elas para obter benefícios e melhorar sua posição social.

Ao mesmo tempo que havia unanimidade quanto à concepção da maternidade como função mais importante da mulher, os colaboradores das revistas concordavam quanto à sua complexidade, motivo pelo qual não poderia se sustentar apenas na presença do instinto natural. Ao adquirir dimensão de modernidade e ser progressivamente investido do caráter de prática científica e função pública, o exercício da maternidade passava a exigir a incorporação de novos conhecimentos. Muitas leitoras abraçaram a causa com entusiasmo: "A mulher ... precisa de cultura intelectual e moral que o papel de mãe lhe impõe ... É exatamente pelo seu destino superior que deve ser mais cuidada a educação cultural e disciplina moral das mulheres" (Revista Feminina, n.171, ago. 1928).

Sintonizados com a discussão que se travava sobre o ensino feminino, dentro de um debate mais amplo sobre a educação escolar, os articulistas criticavam a educação tradicional, fundamentada numa cultura 'antiga' que reservava às mulheres papel meramente decorativo. Tais matérias partiam invariavelmente de um eixo comum: a crítica a práticas tradicionais, 'atrasadas', em oposição à valorização da ciência como signo de modernidade e progresso. Aplicava-se à condição feminina em geral e, em particular, à maternidade a classificação por oposição antigo/novo e tradicional/moderno – polarização usada desde o século XIX como recurso preferencial para explicar as transformações da sociedade brasileira.

Intelectuais como Ramalho Ortigão expressaram sua disposição pedagógica e seu pensamento nacionalista nas páginas das revistas femininas, defendendo a educação das mulheres para a maternidade com base na racionalidade científica moderna. Em matéria intitulada "A função social da mulher", o escritor Luiz Amaral atribuía às mulheres, através da maternidade, a responsabilidade de resolver o "problema da humanidade", porque "mil homens, mil aias, não substituem uma mãe de família", concordando com os demais articulistas que "a mãe não pode, porque não sabe nem lhe ensinaram, ocupar o lugar que a natureza lhe impõe" (Revista Feminina, n.170, jul. 1928).

As leitoras pareciam concordar com essa premissa. Ao dividir as jovens brasileiras em dois grupos opostos – as "instruídas" e as "ignorantes e fúteis" –, a colaboradora Jomar endossava a concepção da "luta entre as idéias antigas e o espírito novo", demonstrando a força do ideário reformista republicano na sociedade urbana da década de 1920 (Vida Doméstica, n.131, fev. 1929). O principal argumento utilizado na defesa da educação feminina era justamente a função maternal, a qual, "por ser tão alta e tão nobre, não é caminho para todas, mas apenas para as que sejam capazes" (Revista Feminina, n.168, maio 1927).

As instituições educacionais destinadas às mulheres foram objeto de dupla crítica. De um lado, escolas tradicionais eram condenadas por feministas como Chrysanthème¹³, que as acusava de ter como único objetivo preparar as moças para 'caçar' marido e transformá-las em simples 'objetos decorativos': "A mulher brasileira não precisa de elegância e danças, mas instrução e educação" (Revista Feminina, n.68, jan. 1920). Endossando a rejeição ao papel feminino de *bibelot*, Ana de Castro Osorio defendia uma educação que livrasse as mulheres da condição de pesos mortos para seus maridos, capacitando-as para exercer as funções domésticas de maneira moderna, pela incorporação de tecnologia material e técnicas de administração racional do lar.

Já as escolas modernas eram criticadas por sua preocupação exclusiva em formar profissionais, negligenciando investimento naquela que seria a principal função da mulher: ser mãe. Em longo editorial na *Revista Feminina*, o professor Apyrgio Gonzaga¹⁴ defendia a criação de escolas domésticas que preparassem as mulheres prioritariamente para dirigir o lar: “A escola tem de visar à formação de mãe de família e a ciência que nos deve preocupar é a economia doméstica, ou antes, a economia do lar”. Mas alertava que a escola não poderia se restringir a formar apenas a esposa e a mãe, mas também a mulher “trabalhadora, ao lado do homem, para se manter, sem dependências ou humilhações”. Apyrgio Gonzaga compartilhava o entusiasmo generalizado na sociedade brasileira da década de 1920 quanto ao potencial redentor da educação e ao poder das mulheres na regeneração física e moral da nação: “Educando-se, a mulher adquire qualidades precisas ... para elevar-se e compreender sua alta função social, as suas responsabilidades no magno problema da educação dos filhos, na orientação do esposo, no governo do lar e na preparação dos cidadãos para a Pátria” (*Revista Feminina*, n.89, out. 1921).

Entre as múltiplas vozes que se manifestaram em prol de melhorias na educação feminina visando o exercício da maternidade, os médicos criticavam a educação ‘fútil’ das mulheres, considerada inadequada para a relevância e complexidade de sua função maternal. Ao mesmo tempo, condenavam as formas tradicionais de criação dos filhos, identificando nas crenças e práticas de amas e comadres resquícios de uma cultura antiga e ‘atrasada’. Como solução, acenavam com um conjunto de técnicas científicas destinadas à criação dos filhos de forma a preservar sua saúde e garantir seu crescimento e desenvolvimento adequados - a puericultura.

Assim, apoiados nos preceitos da higiene, compartilhando a ansiedade quanto à regeneração da raça, instrumentalizados pelos conhecimentos da eugenia e imbuídos do sentimento nacionalista dominante, esses médicos atribuíram-se a tarefa de preparar as mulheres para o exercício da maternidade segundo a racionalidade científica. O discurso médico maternalista produziu, entre outras, uma dupla consequência. De um lado, os médicos higienistas legitimavam-se como puericultores, especialistas na promoção e manutenção da saúde das crianças, conquistando maior autoridade na sociedade e no interior do corpo médico. De outro, contribuíam para a redefinição dos papéis femininos e a configuração de um novo papel social para a mulher: a mãe moderna.

Ser mãe é uma ciência¹⁵

Quem lida com uma criança é como quem equilibra um mimo leve e frágil que à menor distração, pode cair e quebrar-se. A estatística, cada vez maior, da mortalidade infantil apavora como a de uma guerra sangrenta, e tal calamidade é, principalmente, devida à falta de higiene, ou seja – de conhecimentos indispensáveis à criação do infante e tanto ela se manifesta em palácio como em cabanas – em uns, por excesso, em outros por mingua, dois males que correm paralelos encontrando-se no infinito, que é a morte.

Vida Doméstica, n.118, jan. 1928

A partir sobretudo da segunda metade da década de 1920, as páginas das revistas femininas foram invadidas por artigos – assinados principalmente, mas não exclusivamente, por médicos

– versando sobre a maneira científica de cuidar das crianças. Mais que disseminar informações técnicas sobre a fisiologia infantil, tais artigos visavam difundir o ideário da maternidade científica. Pois distintamente da pediatria, voltada para a intervenção nos corpos infantis doentes, a puericultura tinha como alvo de ação o corpo social, implicando portanto mudanças de concepções, atitudes e comportamentos. O discurso das revistas dirigia-se diretamente às mulheres, confirmando que a elas competia tal função. Munidas do arsenal científico da puericultura, com base na supremacia da razão sobre a emoção, e rompendo com 'antigos' dogmas religiosos ou crenças tradicionais, elas estariam supostamente aptas a desenvolver sua 'nobre missão'. Usar e fazer ciência: este seria o novo papel social da mãe moderna.

A ideologia da maternidade científica aproximava as mulheres do universo 'masculino', racional, da ciência, deslocando a maternidade da esfera estritamente doméstica e lhe conferindo novo *status*. Esse deslocamento implicava, entretanto, certa tensão interna, pois se atualizava em substância a função maternal, ao mesmo tempo mantinha seu caráter essencialista. Um dos eixos constitutivos do discurso da maternidade científica era justamente o conflito entre instinto e técnica. Em sintonia com os demais articulistas, os médicos reconheciam a existência universal do instinto maternal, mas consideravam-no insuficiente para o desempenho da maternidade conforme os novos padrões exigidos pela modernidade. Devia portanto ser aprimorado pela educação: "Qual é a mulher que não tem em si o instinto maternal? É o natural e o mais perfeito nas mulheres, mas o que é necessário é que na educação da mulher tenha o primeiro lugar a puericultura, que as habilita a tratar os seus filhos com todas as regras da higiene" (Revista Feminina, n.172, set. 1928).

No editorial do primeiro exemplar de *Vida Doméstica*, intitulado "Hominicultura", o doutor Barbosa Vianna – fundador da Faculdade Hahnemaniana e professor de anatomia – encampava a concepção da maternidade como dom natural das mulheres, mas questionava-lhes a competência, atribuindo a culpa à sua educação inadequada: "Mães, a quem quase não se ensinava outra coisa que línguas, música e artes de salão, ajudadas por amas cheias de antigos preconceitos, são consideradas competentes para julgar da alimentação, do vestuário e do exercício de dar aos meninos" (Vida Doméstica, n.1, mar. 1920).

Já o doutor Barros Viana invocou, desde seu primeiro artigo, os imperativos nacionalistas, os preceitos científicos da higiene e a crítica à educação feminina tradicional para justificar a coluna Noções de Puericultura, que passou a assinar na *Revista Feminina* em meados da década de 1920. Alegava que a alta mortalidade infantil no Brasil devia-se às doenças do aparelho digestivo e às perturbações da nutrição, "conseqüência da orientação errônea do aleitamento e alimentação infantil". Lembrando os trágicos efeitos dessa situação para o futuro do país, o médico alertava que a culpa – mesmo que involuntária – era das mães:

[Em virtude do] desconhecimento de certas noções que toda mãe deve possuir, a fim de alimentar e criar seus filhos de maneira racional, resolvi escrever uma série de artigos em que, suprimindo as dificuldades que os livros médicos oferecem aos leigos no assunto, resumo de modo claro e sucinto as regras que todas as mães devem conhecer, de modo que, pela alimentação racional de seus filhos, se tornem estes fortes e sadios, a fim de concorrerem para elevar bem alto o nome da nossa querida pátria. (Revista Feminina, n.135, ago. 1925)

Feministas renomadas como a condessa de Pardo Bazan ou colaboradoras eventuais como a leitora Dulce Dolores defendiam posição semelhante, atribuindo à educação que

se dava (ou negava) às mulheres – “base do movimento civilizador” – a responsabilidade pelo atraso do país (Revista Feminina, n.97, jun. 1922; n.110, jul. 1923).

A alimentação infantil foi objeto preferencial dos artigos sobre puericultura, que ressaltavam a diferença entre as práticas ordinárias de alimentação e a prática científica da nutrição, e insistiam na necessidade de orientação médica especializada: “Na acertada alimentação da infância está a chave do futuro da nação. As mães devem dar a esta questão toda a cuidadosa atenção que merece, e sempre, em caso de qualquer dúvida ... seja o médico consultado” (Revista Feminina, n.186, nov. 1929).

O doutor Germano Wittrock – pediatra que aperfeiçoou seus estudos na Alemanha e montou prestigiada clínica na rua Uruguaiana na década de 1920 – propunha transformar a culinária em atividade científica, medicamente orientada, alçando as mulheres à condição de nutricionistas da família: “Convido às exmas. leitoras a passar agora para o *laboratório* que, neste caso, será a cozinha e onde, em lugar de poções, veremos a maneira de preparar chás, mingaus, cozimentos, sopas, etc.” (Vida Doméstica, n.108, fev.-mar. 1927; grifo meu).

A tese da complexidade da alimentação infantil – transformada em novo ‘objeto de saúde’ – era compartilhada por médicos, educadores e feministas, e justificava um projeto pedagógico específico. *Mme. Festoyer*¹⁶ afirmava: “A respeito da alimentação infantil existem certas regras gerais que todas as mães devem estudar e conhecer” (Revista Feminina, n.120, maio 1924). Ana de Castro Osorio concordava em que a alimentação infantil era uma tarefa eminentemente feminina, objeto de treinamento especializado e de alta relevância para o progresso do país, ratificando a idéia da maternidade como novo papel social para as mulheres. Convertidas em especialistas em alimentação infantil, muitas mulheres abraçaram a ideologia da maternidade científica aproveitando-a como estratégia para elevar sua posição no âmbito doméstico e ingressar na esfera acadêmica através da nutrição, campo no qual viriam a transformar-se em franca maioria (Apple, 1995).

Independentemente do gênero ou da inserção social ou profissional de seus autores, os artigos publicados nas revistas femininas, além de insistirem na necessidade de atenção especial à alimentação das crianças e vincularem esse importante papel às mulheres, repetiam o mesmo enunciado: as mães deviam amamentar seus filhos. O doutor Wittrock declarava: “A mulher só se torna verdadeiramente mãe quando amamenta” (Vida Doméstica, n.96, jan. 1926).

Embora considerada atividade natural das mulheres, a amamentação foi elevada ao patamar de missão patriótica, submetida à racionalidade médica e explicada segundo os cânones da higiene. Em longas e complexas explicações, os médicos tentavam provar cientificamente – com a ajuda de análises químicas ou dados estatísticos – a superioridade do leite materno e o impacto positivo sobre a saúde dos filhos. Mas ainda que priorizassem as referências técnicas e racionais, os argumentos utilizados pelos articulistas para estimular o aleitamento materno apoiavam-se indistintamente na natureza e em diversos elementos de ordem religiosa, moral ou patriótica: “O seio materno é insubstituível. A mãe que podendo-o, não dá o seu leite, isto é, o seu sangue ao seu filho, comete um verdadeiro crime contra a natureza, contra as religiões e contra a sociedade; é uma mulher indigna desse nome, porque é desnaturada” (Vida Doméstica, n.16, jun.1921).

A insistência no tema e a retórica dramática utilizada sugerem que a amamentação já não era tão freqüente entre as mulheres das classes média e alta urbanas no período.

Assim, mais que pautar um determinado comportamento feminino, possivelmente os médicos reagiam a práticas já adotadas pelas mulheres e empenhavam-se em controlá-las e justificá-las segundo a racionalidade da ciência. Isso explicaria a aparente contradição de um discurso que insistia na defesa do aleitamento materno e simultaneamente divulgava estratégias de alimentação artificial.

Dirigidas às “mães fracas” ou “de leite insuficiente”, ou buscando ‘preparar’ as crianças para o desmame, as orientações quanto a possíveis substitutos do leite de peito não eram homogêneas, recomendando-se tanto o uso de leite de origem animal quanto o recurso a amas-de-leite – desde que previamente examinadas. Se as mulheres já vinham recorrendo ao leite de cabra, de jumenta ou de vaca desde o século anterior, a permanência do emprego de amas-de-leite em grandes centros urbanos na década de 1920 confirma-se na fotografia que ilustrava a coluna do doutor Wittrock – um sorridente bebê “gozando dos carinhos da mãe-preta” (*Vida Doméstica*, n.111, jun. 1927). As revistas femininas, cumprindo seu papel de espelho e modelo da sociedade, expressavam tais conflitos e ocupavam suas páginas com matérias fornecendo orientação médica para ambas as situações. A indústria de alimentos infantis, por sua vez, adequava-se ao debate agregando valores modernos a costumes tradicionais, oferecendo desde leites ‘maternizados’ a produtos que prometiam aumentar a secreção das glândulas lácteas. A propaganda também incluía as amas-de-leite em suas investidas, como revela o anúncio publicado em *Vida Doméstica* de junho de 1925: “As crianças de peito cujas mães ou amas se tonificam com o vinho biogênico de Giffoni aumentam de peso e ficam belas, robustas e desenvolvidas”.

Como os mingaus e papas de farinha já vinham sendo habitualmente usados pelas mães, aos médicos restava agregar ao costume a justificativa científica, para evitar que fossem “preparados de qualquer modo e dosados ao sabor da fantasia materna” (*Revista Feminina*, n.175, dez. 1928). O esforço em demarcar as fronteiras entre as crenças populares e o conhecimento científico permitiu identificar no ‘perigo das farinhas’ um argumento complementar no embate tradição/modernidade que se travava no período. Além disso, a inserção da questão das amas-de-leite no âmbito da higiene – ressaltando-se que “é ao clínico consciencioso que compete a sua escolha” (*Revista Feminina*, n.130, mar. 1925) – parece representar uma resposta ao ‘medo do contágio’ e ao desejo de ruptura com o passado colonial, assim como a possibilidade de reforçar a autoridade médica em todas as instâncias da vida social.

Os ensinamentos da higiene poderiam ser utilizados pelas mulheres no amplo universo da vida infantil. O doutor Wittrock assegurava que a higiene e as medidas preventivas constituíam a base da medicina moderna: “Evitar os males vale mais do que curá-los” (*Vida Doméstica*, n.106, dez. 1926). Assim, habilitadas a aplicar, ao lado dos médicos, técnicas de higienização do ambiente, do corpo e da mente das crianças, as mulheres, como mães, teriam sua função alçada ao patamar de prática científica.

Artigos nas revistas femininas pontificavam, com auxílio da racionalidade da ciência, sobre todos os domínios do ambiente doméstico. Cada vez mais numerosos, detalhavam, entre outros, aspectos como a localização, o mobiliário e a limpeza do dormitório infantil; o sono, o banho, o exercício e o vestuário; estabeleciam parâmetros de normalidade de crescimento e desenvolvimento infantil; e orientavam as condutas perante os principais problemas de saúde das crianças.

A incorporação em velocidade crescente de temas associados ao exercício da maternidade com base científica mostrou-se com maior evidência em *Vida Doméstica*. Anunciada como um periódico voltado para assuntos “realmente úteis” do universo doméstico familiar, em seus primeiros exemplares a revista ocupava a quase totalidade de suas páginas com receitas de adubos e rações, e sugestões de estratégias para o combate às pragas e doenças que afetavam as criações animais. Mas ainda no primeiro ano de circulação, já se revelava uma mudança substancial naquilo que *Vida Doméstica* entendia como contribuição ao cotidiano familiar, com a inclusão de matérias sobre a criação de filhos e transformação radical em suas capas: originalmente ilustradas por estampas de cães, gatos e galinhas, em dezembro de 1920 ostentavam um sorridente bebê.

Os conselhos de higiene do ambiente doméstico eram informados pela idéia do ‘perigo dos germes’, aproximando a prática da maternidade da prática científica e da cultura da modernidade. Assim como acontecia em outros espaços sociais, os colaboradores das revistas femininas buscavam na chancela valorizada da higiene a legitimidade de suas matérias. Atividades rotineiras do lar, como a limpeza, tornavam-se complexas operações higiênicas, e tecnologias modernas, como aspiradores e máquinas de lavar, eram considerados novos objetos de saúde. O articulista de *Vida Doméstica* (n.111, jun. 1927) assegurava a suas leitoras que “varrer e espanar estão no *index* da higiene moderna”, ao passo que Marianna Dorna, que assinou matéria intitulada “Como devemos preparar o quarto de um filho” (n.134, abr. 1929), fazia questão de sublinhar que suas sugestões atendiam às recomendações dos médicos e higienistas.

Práticas costumeiras, como o banho e as brincadeiras infantis, adquiriam novos significados – devidamente explicados em linguagem técnica, com auxílio de conceitos físico-químicos e de modernos aparatos técnicos –, transformando-se em verdadeiros rituais higiênicos. Enquanto educadoras como *Mme. Festoyer* incluíam o banho em suas preleções mais gerais sobre a responsabilidade materna na saúde infantil (Revista Feminina, n.130, mar. 1925), os médicos preocupavam-se particularmente em fundamentar suas proposições em teorias científicas modernas, referindo-se freqüentemente a autores estrangeiros para legitimar suas orientações. Evidenciava-se um processo de medicalização negociada das práticas de criação dos filhos, que embora referida à pessoa do médico, contribuía para solidificar a redefinição – com valorização – da maternidade, elevando atos simples do cotidiano doméstico ao *status* de atividade científica. A partir daí ser mãe implicava, necessariamente, ‘fazer ciência’.

A expectativa positiva de construção da nacionalidade através da infância justificou a preocupação dos médicos higienistas com a formação do caráter das crianças e inspirou muitas matérias sobre o tema. Assim como ocorria em outras instâncias no âmbito político e social, uma demonstração da convergência de interesses e atuações da elite intelectual brasileira foi a incorporação da higienização da mente infantil à pauta de instituições como a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). A Liga já dispunha, desde sua fundação, de uma seção específica de Puericultura e Higiene Infantil, presidida pelo pediatra Olinto de Oliveira.¹⁷ Além disso, muitos médicos e psiquiatras atuavam tanto na LBHM quanto na ABE e vários deles integraram a Liga Pró-Saneamento, como Juliano Moreira, Renato Kehl, Antonio Austregésilo, Afrânio Peixoto, J.P. Fontenelle – todos colaboradores de revistas femininas na década de 1920 (Freire, 2006).

Médicos, psicólogos e educadores assinaram numerosos textos orientando as mães sobre as peculiaridades da mente infantil, sugerindo condutas para estimular o intelecto de seus filhos e ajudá-los a enfrentar problemas de ordem emocional, como medo, ciúme e teimosia. Os articulistas recorriam aos mesmos argumentos utilizados para justificar a maneira científica de cuidar do corpo infantil – como a conexão explícita entre infância e nação – e endossavam a atribuição dessa responsabilidade prioritariamente às mães. Acrescentavam contudo ao seu discurso os novos pressupostos da psicologia – referendando-a como matriz explicativa da natureza do comportamento humano. O entusiasmo quanto ao potencial transformador da ciência e da educação, o aumento de expressões artísticas que enalteciam a infância, a valorização da dimensão regeneradora da maternidade, até mesmo no âmbito de movimentos feministas, e o florescimento da eugenia e da psicologia foram elementos que contribuíram para o fortalecimento do processo de higienização da mente das crianças.

Ao mesmo tempo que discorria sobre os cuidados higiênicos voltados para o corpo infantil – como o banho, o sono e a exposição ao sol – o doutor Octavio Gonzaga¹⁸ alertava as leitoras da *Revista Feminina* para a necessidade de cuidar também da alma da criança, procurando desvendar-lhe os mistérios à luz do conhecimento científico. Incorporando elementos da psicologia ao seu discurso, o médico identificava a influência de fatores emocionais no funcionamento adequado do organismo infantil, capazes de afetar tanto dimensões como o apetite e a assimilação dos alimentos, quanto a formação do caráter. Para o doutor Gonzaga, assim como a garantia de um corpo saudável dependia de bons hábitos higiênicos, a constituição do caráter infantil resultava da “cristalização de hábitos em torno de um núcleo central que é o temperamento primitivo” (*Revista Feminina*, n.153, fev. 1927). O papel das mães ganhava importância capital em seu discurso, pelo poder de ‘aperfeiçoar’ a natureza e modular as características do temperamento dos filhos, contribuindo para melhorar seu caráter e torná-los indivíduos úteis à pátria.

O doutor Octavio Gonzaga acompanhava a maioria dos higienistas contemporâneos na adesão aos princípios eugênicos, em processo de cooperação tão íntima que inspirou Afrânio Peixoto – médico legista, eugenista e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – a descrever a eugenia como um novo capítulo da higiene. Como a eugenia brasileira seguia a corrente francesa neolamarckista, que defendia a herança das características adquiridas, mostrava-se em sintonia tanto com o projeto sanitário de regeneração do povo e construção da nação, quanto com a moralidade católica tradicional. Na interpretação de Stepan (2004), a própria classe médica, em franco processo de expansão no período, teria vislumbrado, na adesão à eugenia, uma forma de afirmar-se em seu papel de especialista na conformação da vida social.

As práticas violentas de educação das crianças – especialmente os castigos corporais – constituíam o principal alvo de ataque dos higienistas, que as associavam ao passado colonial escravista, e consideravam incompatíveis com o processo civilizatório em curso na sociedade brasileira. Em substituição às práticas punitivas tradicionais, a higiene preconizava a prevenção, atualizando ditados populares – como “prevenir é melhor que remediar” e “de pequenino é que se torce o pepino” – conforme o estatuto da ciência. Para Ana de Castro Osorio, “o que hoje para nós esse ditado significa é ... que é na criança que se prepara o homem” (*Revista Feminina*, n.137, out. 1928). A feminista insistia em que o

papel pedagógico da escola deveria ser complementado, na intimidade do lar, pelas mães, a quem caberia inculcar bons hábitos, como a disciplina e a obediência, desde os primeiros meses de vida dos filhos.

Os médicos higienistas insistiam na relevância do papel das mulheres para a ‘evolução’ e ‘elevação da raça’ e as incentivavam a romper com os costumes ‘bárbaros’ do passado e abraçarem, ao lado deles, os pressupostos da ciência e da modernidade. Além disso, criticava-se uma suposta tolerância excessiva das brasileiras. A *Revista Feminina* reproduziu discurso proferido pelo cientista espanhol doutor Andrés Martínez Vargas em sua visita ao Brasil, quando projetou o impacto político e social do papel atribuído às mães: “O mimo reflexivo e a complacência absoluta com seus caprichos causam graves prejuízos às famílias e à sociedade” (*Revista Feminina*, n.163, dez. 1927).

Ana de Castro Osorio concordava em que cabia às mulheres a importante tarefa de preparar, na criança, o homem do futuro. Já Carmem de Didi assegurava, na coluna *Cartas à Minha Prima*, publicada em *Vida Doméstica* de outubro de 1924, que os bebês das famílias da classe média eram “mais felizes do que os bebês ricos ... porque não são entregues ao cuidado exclusivo das *nurses* [e podem] gozar do carinho materno, carinho constante, até ao exagero às vezes, nos primeiros meses de vida”. Se as amas-pretas eram condenadas pelo risco de transmitirem vícios e doenças aos bebês, não escapavam da crítica nem mesmo as *nurses*, que apesar do nome pomposo, eram reduzidas a meras mães ‘de ouvido’ (*Revista Feminina*, n.135, ago. 1925).

De qualquer forma, fosse controlando os excessos – de mimo ou de severidade –, fosse estimulando a moderação, era consenso que as próprias mães deveriam se encarregar dos cuidados com os filhos. Uma das principais justificativas aventadas era a complexidade dessa função, que, repetia Ana de Castro Osorio, não poderia se apoiar apenas em seu instinto, por necessitar uma “inteligência cultivada”. Conforme manifestação da leitora Isa Eira, a mulher precisava educar-se para que conseguisse unir “a energia à ternura” e assim promover a regeneração da família e da sociedade (*Revista Feminina*, n.90, nov. 1921).

Ao insistirem na tese de que a mulher devia se instruir para poder exercer sua função de mãe, os colaboradores das revistas anunciavam uma aparente contradição com a propalada existência de uma predestinação natural das mulheres para a maternidade. Tratava-se, entretanto, agora, de exercer ‘outra’ maternidade, que implicava superar uma dimensão meramente instintiva e acrescentar elementos de outros domínios além do biológico, como a moral e o patriotismo, alcançando dimensão mais elevada, de civilidade e modernidade – sob supervisão médica. O doutor Antonio Gouveia sintetizou a concepção da parceria proposta no título da sua matéria: “O médico e a mulher, dois grandes fatores do progresso da pátria” (*Revista Feminina*, n.107, abr. 1923).

O argumento da superioridade da ciência era sistematicamente invocado pelos articulistas para justificar as novas práticas maternas, seguindo o esquema explicativo de oposição binária entre atraso e progresso, instinto e técnica, crença e conhecimento. Tal argumento foi possivelmente um dos responsáveis pela incorporação do ideário da maternidade científica por mulheres das classes média e alta urbanas, pois além de gozar de prestígio na sociedade, a ciência se identificava com a esfera pública, domínio essencialmente masculino.

Se para muitas mulheres a adesão aos princípios da puericultura representou uma possibilidade de conseguir educação de melhor qualidade e acesso à esfera pública, por meio da valorização da maternidade como função social, propiciou também a entrada em campos profissionais e acadêmicos que envolvessem suas habilidades maternais 'inatas', como o magistério, a enfermagem, o serviço social e a nutrição. Para os médicos higienistas, representou oportunidade de diferenciação profissional entre seus pares, legitimando-os como especialistas na promoção e vigilância da saúde das crianças e reforçando a idéia da pediatria e da puericultura como campos distintos de atuação médica. Artigos publicados nas revistas femininas contribuíam para reforçar tal distinção, alertando, por exemplo, as leitoras para a necessidade de levarem seus filhos para consultas médicas regulares, especificando: "não o médico de clínica geral, mas o pediatra, o especialista em medicina infantil, um médico inteligente, que já se tenha libertado da velha rotina e das superstições..." (Revista Feminina, n.91, dez. 1921).

Na prática, as revistas funcionavam como verdadeiros consultórios médicos, recebendo pedidos de orientação em suas sessões de correspondência, esclarecendo dúvidas, fornecendo instruções quanto a medidas de higiene e prescrevendo complementos alimentares e medicamentos. Na edição de *Vida Doméstica* de 8 de novembro de 1923, essa condição tornava-se explícita: na seção intitulada Consultório da Criança, o doutor Calazans Luz respondia às cartas das leitoras sobre as mais diversas situações e doenças infantis.

O doutor Wittrock criou uma coluna fixa em *Vida Doméstica* e nela prometia fornecer "conselhos úteis" e, posteriormente, "ensinamentos às mães". Suas matérias versavam sobre temas variados do universo infantil – da dentição ao aleitamento – e terminavam sempre convidando as mães a buscar informação especializada: "Qualquer consulta sobre doenças, regimes alimentares, cuidados das crianças, poderá ser dirigida para as redações de *Vida Doméstica*" (n.109, abr. 1927). A partir da compilação dessas matérias, o médico publicou, em 1927, o *Guia das mães*, livro que experimentou estrondoso sucesso e esgotou-se em menos de um ano.

A receptividade às orientações dos especialistas, sugerida pela adesão ao estatuto da puericultura e pela demanda ativa por informação abalizada sobre o assunto, atesta uma predisposição do público feminino a discursos e práticas fundamentados na valorização da maternidade. A persistência de grande procura do manual do doutor Wittrock até a década de 1950 – quando foi substituído pelo livro do doutor Rinaldo de Lamare, *A vida do bebê*, lançado em 1941 – confirma o interesse das mulheres no assunto.

Já em matérias sugestivamente intituladas "Palestra médica", "Conselho médico", "Medicina doméstica" ou "Medicina do lar", os articulistas revelavam seu interesse em estabelecer uma relação de parceria com as leitoras. Instruindo-as nos princípios técnicos da puericultura, buscavam transformar as mães em aliadas dos médicos, sem que a autoridade destes fosse alterada. O *Guia das mães*, segundo declaração do próprio autor, tinha como principal objetivo "fazer de toda mãe uma auxiliar do médico".

Considerações finais

A conformação e difusão do discurso maternalista no Brasil – que alcançou seu momento mais expressivo na década de 1920, com a redefinição da maternidade em

novas bases, científicas – constituiu processo complexo e abrangente. Embora enunciado prioritariamente pelos médicos higienistas, o discurso da maternidade científica teve caráter claramente polifônico, congregando as vozes de distintos atores sociais: juristas, políticos, líderes católicos, educadores, mulheres feministas ou não, empresários, intelectuais e profissionais dos mais diversos campos. A redefinição da maternidade encontrava-se no bojo do processo de reformulação e revisão, simultaneamente, das concepções de infância, dos papéis femininos e das relações trabalhistas e sociais, assumido pelas elites intelectuais republicanas. Como parte da intelectualidade, coube aos médicos a tarefa de oferecer instrumental técnico, moderno, ao exercício da maternidade, deslocando-a dos moldes tradicionais e transformando-a em atividade científica.

O maternalismo não se encontrava descolado do contexto geral da sociedade brasileira, mas sim associado ao higienismo – adotado de forma hegemônica como modelo explicativo e propositivo diante das principais questões sociais no período – e a outros movimentos sociais, como o nacionalismo e o feminismo. Representou, portanto, um dos caminhos que permitiram à sociedade brasileira materializar, através da higienização da maternidade e da infância, as transformações sociais e políticas almejadas, efetivando na prática a ‘republicanização’ do país.

A referência habitual da maternidade à natureza feminina em discursos que negavam sua suficiência tornou o maternalismo um paradigma singular: ao mesmo tempo que aprisionava as mulheres em sua dimensão biológica, aumentava, por sua própria iniciativa e participação, seu poder na sociedade. Imbuída do *status* de atividade científica e do caráter de função social – ainda que exercida no espaço doméstico –, a maternidade ultrapassava os limites do lar e da família e tornava mais permeáveis as fronteiras entre as esferas pública e privada.

Várias pesquisadoras (Apple, 1995; Roberts, 1994; Thane, déc. 1991; Fuchs, 1995; Bock, 1991), referindo-se ao contexto norte-americano e europeu, demonstraram como a maternidade foi usada por mulheres na defesa de seus próprios interesses, viabilizando a obtenção de vantagens concretas e aumentando seu poder reivindicatório em outros campos de luta – como o direito ao voto. No cenário brasileiro das primeiras décadas do século XX, a ideologia da maternidade científica não representou simples reforço ou atualização da tradicional desigualdade de gênero, como afirmam insistentemente autores como Besse (1999). Ao promover o deslocamento dos ‘valores femininos’ do espaço doméstico para o público, descortinou para as mulheres uma arena política que lhes permitiu agir em seu benefício e de outras mulheres, elevando sua posição na família e na sociedade e tornando-as simultaneamente sujeitos e objetos de políticas públicas de proteção.

A construção da maternidade científica não se reduziu, portanto, a mera questão de dominação de gênero, nem representou apenas uma imposição da classe médica sobre as mulheres. Mais que isso, foi o resultado da atuação dinâmica e complexa de múltiplos agentes sociais, entre eles as próprias mulheres, que através de estratégias ativas como resistência, seleção, negociação, aliança e parceria aproveitaram o movimento de valorização da função maternal para transformá-la em instrumento de poder feminino.

NOTAS

¹ Adoto aqui o conceito de maternidade científica formulado por Rima Apple (1987), qual seja, o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e supervisionado por médicos.

² "Qual é o grande dever da mulher? Ter filhos, novamente ter filhos, sempre ter filhos!" (tradução minha). Doutor Doléris, *Néo-malthusianisme, maternité et féminisme: éducation sexuelle*, 1918, citado em Thébaud, 1990.

³ Embora reconheça que o despovoamento serviu de justificativa para a implementação de políticas públicas, Rollet-Echalier (1990) questionou se ele constituiu um elemento de realidade ou do imaginário social.

⁴ Hugon (2005, p.76) chegou a conclusão semelhante ao analisar a atuação das parteiras de Gana – cuja formação técnica foi implementada na década de 1920 –, percebendo que a influência destas não se mantinha circunscrita ao círculo de mulheres sob seus cuidados, mas entendia-se para toda a comunidade local.

⁵ Apple (1995) atribuiu à educação feminina para a maternidade uma contribuição relevante para a inserção das mulheres em novos campos de atuação profissional e acadêmica, como a nutrição.

⁶ Para Grahan (1992), o desequilíbrio da dinâmica familiar provocado pela nova condição do trabalho doméstico exercido pelas escravas libertas – especialmente o perigo de contágio representado pelas amas-de-leite – foi o principal responsável pelo questionamento e posterior reorientação do papel maternal da mulher brasileira.

⁷ Segundo levantamento de Katia Carvalho (1999), havia 616 revistas em circulação no Distrito Federal entre 1920 e 1929, entre as quais 420 eram publicadas na própria cidade, chamada por ela de 'cidade das revistas'.

⁸ Acolhendo proposta de Sullerot (1966), ao me referir a revistas femininas optei por tomar como base unicamente o gênero do público leitor, classificando assim aquelas editadas por mulheres visando o questionamento e a defesa das suas causas.

⁹ Além de serem representativas do gênero de periódico no que tange ao conteúdo, ambas as revistas gozaram de grande sucesso entre as mulheres, como atesta o número crescente de assinantes e o longo período de circulação.

¹⁰ Em sua militância, a portuguesa Ana de Castro Osorio (1872-1935) realizou conferências e comícios, dirigiu publicações, posteriormente traduzidas para o francês, espanhol e italiano, e assinou numerosos artigos na imprensa defendendo a educação das mulheres e a formação de uma opinião pública feminista.

¹¹ Sobre a atividade profissional e militância feminista de Bertha Lutz ver, entre outros, Soihet (nov.-dez. 2000).

¹² Autora de mais de quinhentas obras literárias, além de colaboradora em revistas de todo o mundo, a espanhola Emília de Pardo Bazan (1851-1921) defendeu arduamente a educação feminina e foi a primeira mulher a ocupar a cátedra de Literatura na Universidade Central de Madri.

¹³ Chrysanthème – ou Madame Chrysanthème – era o pseudônimo de Cecília Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos (1870-1940). Além de vasta contribuição na imprensa periódica, publicou vários romances que tinham como personagens centrais mulheres modernas e de comportamento não-convencional. Atribuindo-se um 'discurso radical', liderava uma corrente feminista que pregava liberdade ampla para as mulheres.

¹⁴ Apyrgio Gonzaga foi um dos precursores da educação profissional no Brasil; fundou em 1911 uma instituição destinada exclusivamente às moças, a E.T.E. Carlos de Campos.

¹⁵ Ramalho Ortigão, em *Revista Feminina*, n.138, nov. 1925.

¹⁶ Apesar do nome francês, Mme. Festoyer era apresentada pela *Revista Feminina* como famosa educadora norte-americana.

¹⁷ O doutor Olinto viria a ocupar posteriormente cargos públicos de destaque, como os de diretor da Inspeção de Higiene Infantil, da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância e da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância.

¹⁸ O doutor Octavio Gonzaga colaborou em vários jornais cariocas e no *Boletim de Eugenia*; em 1935 publicou um manual de puericultura denominado *A criança*.

BIBLIOGRAFIA

- APPLE, Rima D.
Science gendered: nutrition in the United States, 1840-1940. In: Cunningham, Andrew; Kamminga, Harmke (Ed.). *The science and culture of nutrition*. Amsterdam: Rodopi. p. 120-154. 1995.
- APPLE, Rima D.
Mothers and medicine: a social history of infant feeding. London: The University of Wisconsin Press. 1987.
- BESSE, Susan K.
Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1950. São Paulo: Edusp. 1999.
- BIRN, Anne-Emanuelle.
'No more surprising than a broken pitcher?': maternal and child health in the early years of the Pan American Sanitary Bureau. *Canadian Bulletin of Medical History*, St. John's, v.19, p.17- 46. 2002.
- BOCK, Gisela.
Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: Duby, Georges; Perrot, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento. p.435-477. 1991.
- CARVALHO, Katia.
A cidade das revistas. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1999.
- CASTRO SANTOS, Luiz A.
O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210. 1985.
- CASTRO SANTOS, Luiz A.; FARIA, Lina Rodrigues de.
A reforma sanitária no Brasil: ecos da Primeira República. Bragança Paulista: Edusf. 2003.
- COVA, Anne.
La maternité, un enjeu dans le premier XX^{ème} siècle. In: Gubin, Eliane et al. (Dir.). *Le siècle des féminismes*. Paris: Les éditions de l'Atelier. p.195-208. 2004.
- FERREIRA, Luiz Otávio; FREIRE, Maria Martha de Luna.
Higienismo, feminismo e maternalismo: ideologias e práticas de proteção à infância no Brasil, 1899-1940. *Estudos do Século XX*, Coimbra, n.5, p.301-315. 2005.
- FREIRE, Maria Martha de Luna.
Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese (Doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2006.
- FUCHS, Rachel G.
France in a comparative perspective. In: Acamp, Elinor A.; Fuchs, Rachel G.; Stewart, Mary Lynn. *Gender and the politics of social reform in France, 1870-1914*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. p.157-223. 1995.
- GRAHAN, Sandra Lauderdale.
Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.
- HAHNER, June E.
A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense. 1981.
- HOCHMAN, Gilberto.
A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec. 1998.
- HOUBRE, Gabrielle.
A Belle Époque das romancistas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.2, p.325-338. jul.-dez. 2002.
- HUGON, Anne.
Les sages-femmes africaines en contexte colonial. In: Bourdelais, Patrice; Faure, Olivier (Dir.). *Les nouvelles pratiques de santé: acteurs, objets, logiques sociales. XVIII^{ème}-XX^{ème} siècles*. Paris: Belin. 2005.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto.
'Pouca saúde e muita saúde': sanitário, interpretações do país e ciências sociais. In: Hochman, Gilberto; Armus, Diego (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. p.493-533. 2004.
- MARTINS, Ana Luiza.
Revistas em revista. São Paulo: Fapesp; Edusp; Imprensa oficial. 2001.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi.
Questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense. 1990.
- ROBERTS, Mary Louise.
Civilization without sexes: reconstructing gender in post-war France, 1917-1927. Chicago: University of Chicago Press. 1994.
- ROLLET-ECHALIER, Catherine.
La politique à l'égard de la petite enfance sous la III^{ème} République. Paris: PUF. 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck.

História da imprensa no Brasil. São Paulo: Martins Fontes. 1966.

SOIHET, Rachel.

A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.15, p.97-117. nov.-dez. 2000.

STEPAN, Nancy Leys.

Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: Hochman, Gilberto; Armus, Diego (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. p.331-391. 2004.

SULLEROT, Evelyne.

Histoire de la presse féminine en France des origines à 1848. Paris: Armand Collin. 1966.

THANE, Pat.

Genre et protection sociale: la protection maternelle et infantile en Grand-Bretagne, 1860-1918. *Genèses*, p.73-97. déc. 1991.

THÉBAUD, Françoise.

Le féminisme a l'épreuve de la guerre. In: Thalman, Rita. *Entre émancipation et nationalisme: la presse féminine d'Europe, 1914-1915*. Paris: Deuxtemps-Tierce. p.17-30. 1990.

THÉBAUD, Françoise.

Maternité et famille entre les deux guerres: idéologies et politique familiale. In: Thalman, Rita. *Femmes et fascisme*. Paris: Tierce. p.85-97. 1986.

VELLOSO, Monica Pimenta.

Modernismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1996.

FONTES

REVISTA FEMININA.

São Paulo; Rio de Janeiro: Virgilina de Souza Salles. jan. 1920 – dez. 1929.

VIDA DOMÉSTICA.

Rio de Janeiro: Jesus Gonçalves. jan. 1920 – dez. 1929.

WITTROCK.

Guia das Mães. 5.ed. Rio de Janeiro: Vida Doméstica. 1936.